

Um termo a ser abolido do vocabulário cultural brasileiro

por Sylvio Fraga Neto

O Brasil é um eldorado para o jovem historiador de arte. Mas ele não sabe disso. Nem, portanto, seu professor. Temos muitos pintores maravilhosos cujas obras e vidas nunca foram estudadas com qualquer grau de profundidade. Nos Estados Unidos, alunos de pós graduação sofrem para dizer algo original sobre um bom pintor da terra deles. Aqui, acreditem se quiser, podemos a qualquer instante ser o autor inaugural de um excepcional artista que morreu há cem anos atrás. Em sua autobiografia, o comediante norte americano Steve Martin disse que seu sonho é entrar numa loja de antiguidades e esbarrar num Winslow Homer não descoberto; sonho praticamente impossível. No entanto, aqui no Brasil é comum encontrar nossos Winslow Homers encostados em cantinhos de casas de leilão, acumulando poeira. É uma delícia soprar essa poeira.

Sobrevivendo com antiga e conhecida dificuldade, temos instituições dedicadas ao incentivo e à preservação de nosso patrimônio artístico. Infelizmente, no meio cultural, essas instituições têm sido denominadas “equipamentos culturais”. Chamar um museu, uma biblioteca, um Teatro Municipal de “equipamento cultural” é uma perda de rumo do amor à arte frente a categorização ignorante da cultura. Equipamento cultural pode ser uma caixa de som, um telão, um telefone. Veja a lista de qualquer almoxarifado museológico e você encontrará muitos equipamentos culturais. Mas num país que ainda hoje dá ao jovem historiador inacreditáveis possibilidades de importante pesquisa inédita – há muitas décadas penduradas nas salas principais dos principais museus do país – “equipamento cultural” não chega a ser um susto.

O mau exemplo vem de cima, dado pelo governo. O termo já consta do novo Plano Nacional de Cultura, do vocabulário dos secretários de cultura e dos portais de suas secretarias. É uma expressão sintomática da forma pela qual o Estado durante vinte anos repassou o poder decisório de investimento em cultura à sociedade: incentivo fiscal com 100% de abatimento em imposto de renda. Isso desestimulou o mecenato, conceito tão fragilmente inserido nos costumes de nossa elite. A falta de mecenato, em sua origem, de alguma forma se alinha com a idéia de chamar um museu de equipamento. (Aliás, financiar um livro com 100% de desconto em imposto de renda não é mecenato, ao contrário do que dizem “patrocinadores” em prefácios.) Ao invés de, por exemplo, focar mais no fortalecimento das nossas instituições de cultura, que podem dialogar com a sociedade e contribuir com sua educação de forma democrática e estruturada, o Estado indiretamente permitiu que departamentos de “marketing cultural” de empresas tomassem decisões de investimento nacional em cultura.

Bancos, por exemplo, são apropriadamente chamados de instituições financeiras. No entanto, eles começam e acabam, mudam de nome, vão à falência, etc. A arte atravessa séculos de governos, guerras, revoluções e crises financeiras; museus,

teatros e bibliotecas são instituições da humanidade. O Brasil precisa dar a esses símbolos de sua cultura o status de símbolo e não diminuí-los a meros equipamentos. Alguém ousaria chamar o Louvre – aberto ao público em 1793 – de equipamento? Pois bem, uma exposição numa instituição brasileira de cultura vem carregada da história da arte de nosso país. Uma exposição num equipamento cultural vem carregada da linha de montagem do pensamento pequeno em relação à nossa arte e nossos costumes.

Sylvio Fraga Neto é poeta, compositor e crítico de arte